



A gestão pública do Carnaval do Recife¹

Rafael Moura de Andrade²

-
- 1 Este artigo é fruto de pesquisa financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e defendida como requisito para obtenção do título de mestre em antropologia pela Universidade Federal de Pernambuco.
 - 2 Doutorando vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pernambuco. Bolsista da Fundação de Amparo a Ciência e Tecnologia de Pernambuco. E-mail: rafael.moura.andrade@gmail.com

RESUMO

Este artigo tem como objetivo apresentar uma interpretação sobre a política cultural implementada no Carnaval do Recife, através do Carnaval Multicultural do Recife, a partir das categorias em uso pelos agentes públicos responsáveis pela criação e desenvolvimento de tal política pública. A interpretação aqui proposta utiliza como base de sua leitura as três categorias identificadas como centrais dentro do discurso da gestão pública: a democratização da festa; a diversidade de manifestações culturais; e a descentralização dos polos de animação.

Palavras-chave: *Carnaval. Democratização. Descentralização. Diversidade.*

ABSTRACT

This research aims to present an interpretation of the cultural policy implemented in the carnival of Recife, through the so-called “Carnaval Multicultural do Recife”. This will be done taking as a point of departure the categories used by the agents who are responsible for the creation and the development of such public policy. The interpretation proposed here uses as basis the following three categories, which are identified as core within the discourse of public management: the democratization of the Carnival party; the diversity of cultural expressions and the decentralization of concert venues.

Keywords: *Carnival. Cultural Diversity. Democratization. Decentralization.*

INTRODUÇÃO

Tendo participado, nos últimos anos, de debates, seminários e congressos dedicados às políticas culturais, não raramente me deparei com uma questão que sempre pareceu bem estabelecida entre os debatedores ali presentes: organização de festa não é política cultural. Há razão nessa afirmação. Ela sempre foi feita num contexto de crítica a prefeituras de cidades do interior do país, nas quais a prática política mais notável na área da cultura é a realização de festas públicas. Tais festas, sempre em homenagem a padroeiros ou datas cívicas, tem como argumento político a geração de renda através do fluxo turístico. Mas outro fator, menos declarado, estava ali presente: as festas também servem para elevar o prestígio do prefeito junto a seus eleitores. Um prefeito que não proporciona à sua cidade uma grande festa pública, com atrações que gozem de considerável prestígio no momento, vê sua reputação maculada, correndo riscos para as próximas eleições. Dá-se, então, uma disputa entre os gestores na qual a realização de uma festa memorável poderá representar também uma administração pública bem feita. E sobre esse contexto, ainda que claramente político, diz-se não haver política cultural. Mas há sempre uma perigosa tendência à generalização.

Tentarei, portanto, lançar luz sobre uma política pública desenvolvida para a festa – o Carnaval Multicultural do Recife (CMR) – a partir das categorias utilizadas pela própria gestão pública. Utilizarei dados obtidos através de conversas com diferentes interlocutores que atuaram de formas igualmente diversas na organização da festa. Suas falas serão acionadas pontualmente para auxiliar na interpretação aqui proposta.

A POLÍTICA MULTICULTURAL NO CARNAVAL DA CIDADE: CARNAVAL MULTICULTURAL DO RECIFE

O CMR foi um modelo de organização da festa implantado pela Prefeitura da Cidade do Recife (PCR), durante a primeira gestão do Partido dos Trabalhadores (PT) na capital pernambucana. Com sua organização dividida entre polos de animação distribuídos no Centro da cidade e também em bairros periféricos. Os polos eram divididos em grupos gerais – centrais, descentralizados e comunitários –, com características próprias e objetivos bem definidos. Os polos centrais, localizados nos bairros do Recife, São José e Boa Vista, tradicionalmente relacionados aos festejos momescos na cidade, eram nomeados de acordo com as características ou identidades almeçadas pelo poder público. O Polo das Fantasias, localizado na Praça do Arsenal da Marinha, no bairro do Recife, tinha como objetivo a exaltação da nostalgia dos antigos carnavais. Já o Polo Mangue, no Cais da Alfândega, era o espaço destinado à modernidade representada pelo Movimento Manguebeat. Ainda existiam: o Polo de Todos os Frevos que, como o nome indica, era destinado aos diferentes tipos de frevo; o Polo Afro, com foco nas manifestações culturais de matriz africana; o Polo das Tradições e o Polo das Agremiações: ambos destinados aos concursos de agremiações carnavalescas; e, por fim, o Polo Multicultural, principal Polo do Carnaval, localizado na Praça do Marco Zero e representante da diversidade na festa.

Como bem define Garrabé (2015), a fim de organizar e classificar a diversidade cultural local, os polos do Carnaval do Recife são dispositivos cênico-tecnológicos nos quais as diferenças são performatizadas. Mas eles podem também ser pensados enquanto categoria analítica representativa das polaridades culturais, raciais e estéticas.

Estes polos são aqui entendidos tanto como dispositivos tecnológicos colocados à disposição de todos, cenas onde são apresentadas as formas de expressão, quanto como polaridades socioculturais, tais como o global e o local, o moderno e a tradição, o proibido e o possível atravessando e construindo a historicidade do maior evento anual da cidade. (GARRABÉ, 2012, p. 92)

A definição acima permite pensar, sobretudo, os polos centrais, mas possibilita também abordar duas outras categorias: os descentralizados e os comunitários. Os primeiros, por seu próprio nome, são dispositivos localizados em regiões mais distantes do Centro da cidade e dos festejos. São os bairros periféricos que recebem os descentralizados, permitindo aos seus moradores participação em uma festa realizada em seu próprio bairro com artistas locais e nacionais. Já os comunitários estão localizados em áreas ainda mais dispersas pelo mapa da cidade e possuem características muito rudimentares de infraestrutura. Pelas limitações que os definem, são conhecidos também como “polinhos”. Para a antropóloga francesa, a divisão do CMR segue um modelo arbitrário e definido a partir de diferentes marcadores.

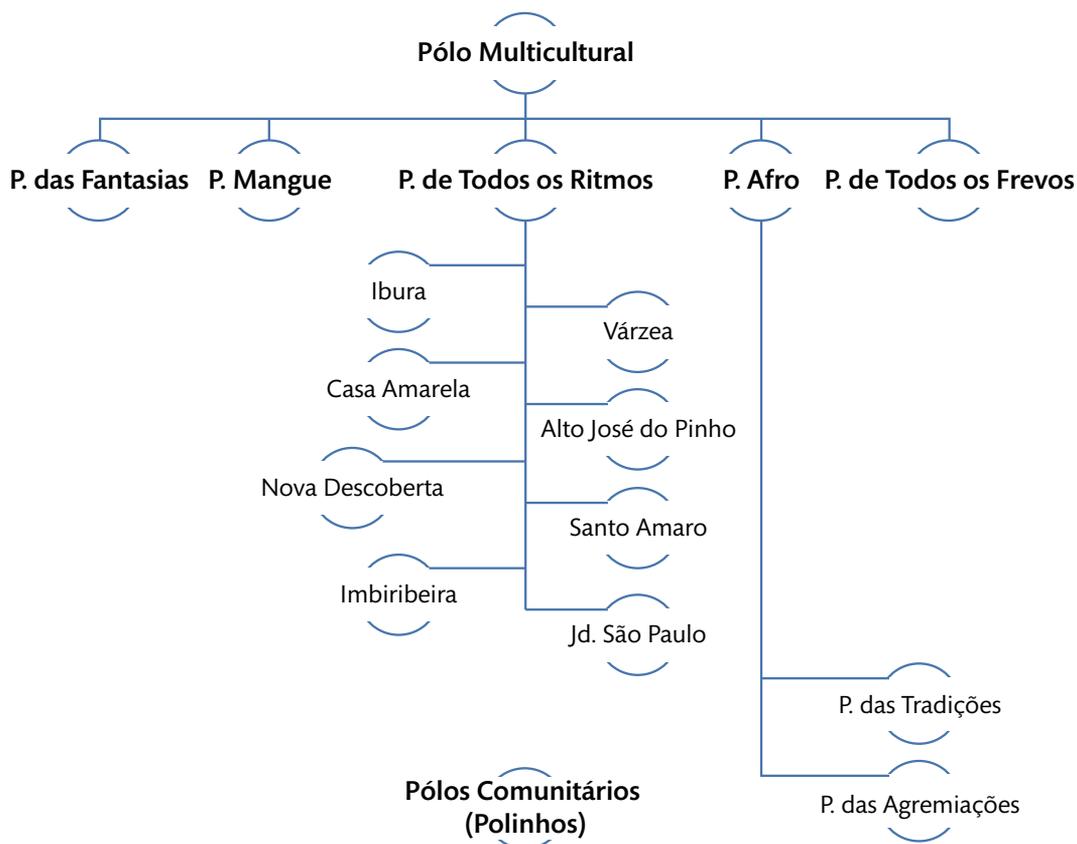
Dessa divisão, podemos ver se perfilar a seguinte tipologia, juntando os estatutos conferidos às atividades que lá serão encontradas, e que acabam se revelando marcadores significantes: os polos determinados por marcadores estilísticos (*Corredor do frevo, Polo de todos os frevos, Polo das tradições, Polo de todos os ritmos, Polo mangue*); os polos determinados por marcadores estatutários (*Polo das agremiações, Polo das fantasias e Carnaval infantil*); polos

determinados por marcadores econômicos (*Polos descentralizados, Polos comunitários*) e polos determinados por marcadores étnicos. (GARRABÉ, 2012, p. 95)

Se os polos centrais e os descentralizados possuem grandes palcos e uma programação artística inteiramente definida pela Secretaria de Cultura e Fundação de Cultura da Cidade do Recife (Secult/FCCR), os “polinhos” foram criados para atender a pequenos grupos e sua programação é definida em diálogo com a comunidade que o recebe. Nestes, a PCR, inicialmente, repassava o dinheiro para os moradores organizarem a festa. Dada a dificuldade de prestação de contas encontrada em algumas oportunidades, a prática foi alterada, ficando a cargo da própria PCR a contratação de todos os serviços, mas em constante diálogo com os moradores locais para definição de programação.

Há ainda outro elemento que deve ser destacado e está presente na estrutura da festa: os concursos de agremiações. Apesar de fazerem parte, em teoria, dos polos centrais, esses espaços possuem algumas especificidades. Os concursos de agremiações não são exatamente uma invenção do Carnaval Multicultural. Existem, na verdade, desde o início do século XX. Anteriormente organizados pelo comércio local e pelas redações da imprensa da época, passaram a ser regidos, ao fim da década de 1930, pela Federação Carnavalesca de Pernambuco (Fecape). A novidade implementada pelo PT foi trazer para si a responsabilidade sobre a organização dos concursos com o objetivo de valorizar as agremiações e reduzir os intermediários entre elas e a administração pública. Vejamos o organograma a seguir:

Imagem 1. Organograma dos polos de animação



Fonte: Elaborado pelo autor

A disposição dos Polos das Tradições e das Agremiações abaixo dos demais polos centrais – ainda que ligados a estes – e dos descentralizados não é por acaso. Apesar de situados no centro do Recife, ambos enfrentam realidades distintas em relação aos seus pares. Durante uma reunião do Observatório do Frevo, espaço destinado ao debate sobre temas relacionados ao ritmo local organizado pelo Paço do Frevo, o pesquisador Mário Ribeiro destacou que numa simples caminhada entre o Recife Antigo e o bairro de São José, onde está localizado o Polo das Tradições, é possível observar dois carnavais muito distintos.

Ao sair do Recife Antigo, passando a pé pelas pontes, o folião vivencia uma cidade vibrante, iluminada, colorida e ocupada pela população local que anda tranquilamente pelas ruas do Centro durante a noite. Cruzando a ponte e entrando no bairro de São José pela Avenida Nossa Senhora do Carmo, o mesmo folião acaba se deparando com uma realidade diferente. Uma arquibancada está montada para receber o escasso público dos desfiles. A iluminação já não é suficiente, as ruas estão pouco decoradas – em alguns casos sem qualquer indício de festa – e a sensação de insegurança aumenta consideravelmente. Durante o mesmo encontro, Zélia Sales, uma das coordenadoras do Núcleo de Formação e Concursos, observou que tal diferença divide o Carnaval entre a festa do rico e a do pobre, visto que no Centro Histórico brincariam principalmente as classes médias, enquanto o público dos concursos de agremiações seria formado por moradores dos bairros periféricos. Apesar de centrais, esses polos recebem menos visibilidade que muitos dos descentralizados, o que me levou a colocá-los, no diagrama, em posição inferior aos situados nas periferias.

Essa disparidade também gera um embate entre os defensores de um lado e de outro de uma linha que vem separando há décadas os entusiastas do Carnaval pernambucano, conforme veremos a seguir. De um lado estão os defensores das agremiações de chão. Estes quase sempre são tomados por um discurso de tom nostálgico e saudosista, misturado com certo alarmismo quanto ao futuro da festa. Dizem que verdadeiros eram os antigos carnavais, quando a população brincava junto com os blocos. Do outro, defensores do modelo de Carnaval que privilegia o palco adotam um discurso político que diz estar, nesse formato, a possibilidade da população menos privilegiada ter acesso a apresentações de artistas de renome nacional que, caso viessem exclusivamente mediante pagamento de ingresso, se tornaria inviável. A divisão não é sempre tão clara como pode fazer crer a definição acima, mas existe.

Vale lembrar que já existiam palcos no Carnaval do Recife há anos. Entre meados dos anos 1970 e início dos anos 1990, o Carnaval de Boa Viagem era caracterizado por alguns palcos montados na Orla. Já no final dos anos 1990, o Recife Antigo passou a ser ocupado por polos de animação que contavam com palco e atrações diversificadas. A Praça do Arsenal, que depois viria a se consolidar o Polo das Fantasias, já recebia anualmente uma estrutura para *shows* de artistas locais. Os *shows* durante o Carnaval, portanto, não são uma inovação do modelo de festa proposto pelo PT. Essa observação é importante para que não se credite à gestão de Peixe a ruptura e a inovação pura e simples.

Poderíamos definir o CMR como sendo um modelo de festa popular baseada em três ideias centrais: a diversidade de manifestações culturais; a democratização do acesso; e a descentralização dos polos de animação. Essa definição aparece de diferentes formas nos discursos oficiais da PCR. No Plano Municipal de Cultura do Recife (2009/2019) elaborado pelo Conselho Municipal de Política Cultural, as referências à diversidade, democratização e descentralização podem ser observadas durante todo o texto. Ainda assim, é preciso destacar que tais ideias já existiam anteriormente na festa, ainda que não fossem destacadas de igual maneira.

Qual seria, portanto, a diferença desse novo modelo de festa para o praticado anteriormente? O próprio Peixe, em conversa para a pesquisa, esclarece que, apesar de ter trabalhado o CMR a partir de ideias pré-existentes, o diferencial de sua política estava exatamente no fato de que tanto a diversidade quanto a descentralização passariam a ser tratadas como políticas públicas visando, sobretudo, à democratização do acesso a uma festa estabelecida sob os moldes escolhidos pela administração pública, assim como o protagonismo da sociedade civil no âmbito das políticas culturais. A articulação entre as três categorias acima destacadas dava o tom da política então implementada. E podemos observar que essa

articulação possuiu como vetor um elemento tecnológico fundamental: o palco. Em torno de sua utilização surgiram as principais questões do modelo de festa recém-implementado, entre as quais: a relação entre o global e o local na festa; o conflito entre a tradição e a modernidade; a valorização de artistas nacionais em detrimento dos locais; a centralidade do frevo na programação oficial; e tantas outras. Todas tinham em comum o fato de girarem em torno do papel fundamental exercido pelo palco naquele contexto.

O PALCO COMO SÍMBOLO DA ORDEM E DA HIERARQUIA

Pode parecer estranho tentar pensar o Carnaval a partir de uma estrutura material comum não apenas ao contexto da festa popular, mas sobretudo do campo das artes e do espetáculo de forma geral. Mas se não é certo dizer que a escolha do palco como um dos aspectos mais relevantes do Carnaval é a responsável por desencadear uma série de questões que persistem na festa, é ao menos possível dizer que em torno do palco giram embates que representam o modelo implementado pela política multicultural.

Por um lado, o palco como elemento central da festa acabou desenvolvendo uma hierarquia já existente entre os polos de animação. Posicionando os polos centrais no topo da hierarquia da festa – e, entre eles, o polo multicultural seria o mais importante –, seguidos dos descentralizados e, por fim, aparecendo os comunitários, é possível observar que a simples ausência do palco já é relevante para rebaixar tanto o Polo das Tradições quanto o Polo das Agremiações, ambos destinados aos concursos, a um grau de importância superior apenas aos “polinhos” – que, por sua vez, não contam com estrutura de palco, mas de palanque ou tablado, algo muito inferior às estruturas montadas nos demais polos de animação. O palco, nesse caso, representa um gasto com infraestrutura, mas também uma forma de organização e experiência da festa que se assemelha aos grandes festivais de música. As agremiações de chão associam-se mais aos carnavais antigos, vistos sob a

ótica da espontaneidade, da proximidade entre folião e brincante, enquanto o palco parece simbolizar uma organização fundamentada na lógica da produção cultural, em uma cultura organizacional que, quando desencadeada pela PCR, uma instituição pública, portanto, soma-se à burocracia estatal para criar uma dinâmica própria. Para grande parte dos participantes do Carnaval, lidar com a administração pública representava uma mudança tão relevante em suas atividades que alguns fatores que à primeira vista podem parecer simples geravam muitos questionamentos e obstáculos para um diálogo mais harmonioso. A documentação exigida antes da contratação – com certidões, contratos de exclusividade e cópia de Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), para os grupos e produtores formalmente constituídos como tal –, além de algumas exigências posteriores à realização da apresentação, tornaram a relação entre gestão pública e cultura popular cada vez mais complicada por exigir das agremiações tradicionais uma lógica organizacional que não lhes era própria.

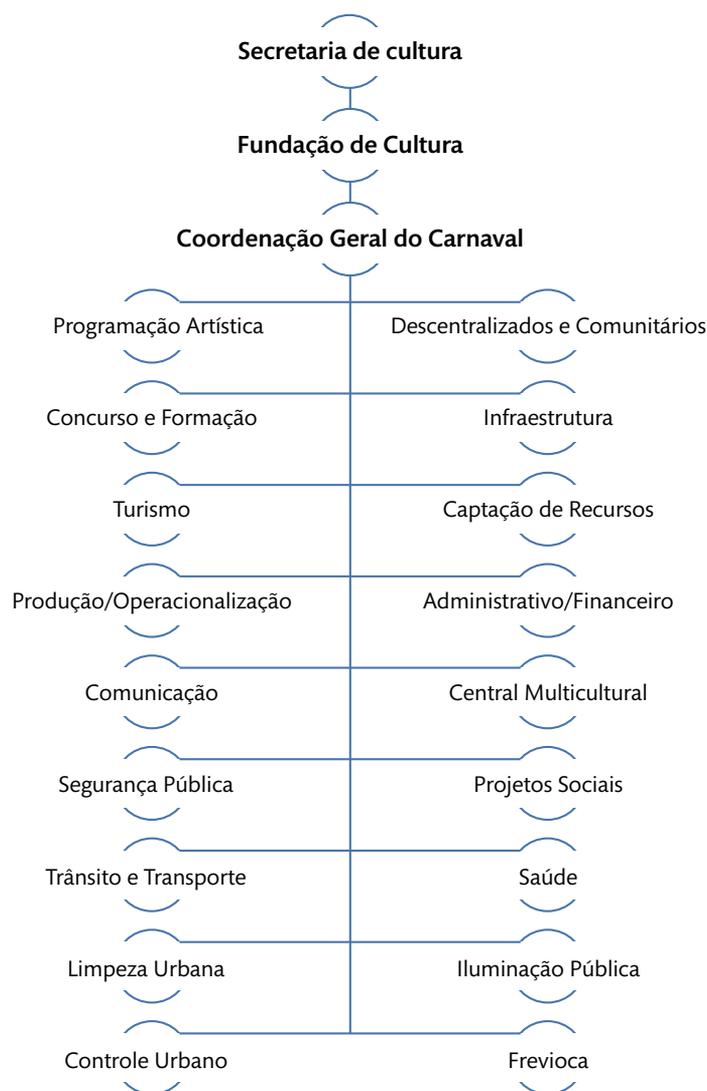
Para que a Secretaria de Cultura pudesse, a partir de 2002, organizar uma festa com tantos polos de animação e tantas e tão diversificadas atrações, foi preciso criar uma lógica própria durante o período da festa, sendo necessário deslocar de suas funções muitos dos funcionários tanto da Secult quanto da FCCR. E como a política era recente, sua estrutura ainda não estava bem estabelecida, o que acabou gerando certa confusão entre os agentes municipais que faziam parte do processo de implementação do CMR. Durante a pesquisa, quando perguntados sobre os cargos e os núcleos existentes na organização da festa, meus interlocutores apresentavam dificuldades em responder. Não parecia haver clareza entre os envolvidos quanto a um organograma do Carnaval. E aqui há um dado interessante. Apesar de ter participado da gestão do Partido dos Trabalhadores durante os 12 anos em que o PT esteve à frente da PCR, a recente ruptura política iniciada pelo Partido Socialista

Brasileiro (PSB) em 2012 a nível local – e que se desdobraria posteriormente para uma ruptura nacional – desencadeou uma situação peculiar.

Como as pessoas ligadas à Secult envolvidas na festa não conseguiam formular com muita clareza o processo de organização do festejo carnavalesco, tentei recorrer aos documentos oficiais possivelmente existentes na própria Secretaria de Cultura. A experiência foi em vão com relação à obtenção dos documentos, mas me revelou uma tentativa de ruptura entre a gestão atual e a anterior. Se o modelo da festa aparentemente se mantinha o mesmo, o discurso sobre a prática demonstrava uma clara tentativa de esquecimento do CMR. A ação deliberada de apagamento de uma memória sobre a política de uma gestão anterior, em contraposição à manutenção do modelo por ela proposto, pode ser um demonstrativo da força que o Carnaval Multicultural ganhou após se estabelecer como modelo de organização da festa. E se eu disse acima que todos os interlocutores apresentavam certo desconhecimento quanto ao processo produtivo, agora me corrijo. Todos, exceto o então secretário João Roberto Peixe. Talvez pela centralidade de sua função, Peixe foi o único que conseguiu me passar uma noção ampla da organização da festa. E foi além. Disponibilizou alguns documentos de seu arquivo pessoal que auxiliaram em meu objetivo inicial de construir um organograma da organização do CMR.

A partir da conversa com Peixe, dos documentos por ele disponibilizados e da articulação dos relatos dos demais interlocutores, compreendi melhor a estrutura organizacional da festa e cheguei a tal organograma:

Imagem 2. Hierarquia de organização do Carnaval



Fonte: Elaborado pelo autor.

Vale observar que, exceto os três primeiros elementos do organograma, todos os outros núcleos e seus respectivos cargos eram temporários, sendo seu funcionamento restrito à organização da festa. Além disso, não possuíam valor hierárquico de superioridade entre eles, tendo sido organizados levando-se em consideração a relevância de cada núcleo para a presente pesquisa. Em relação ao CMR,

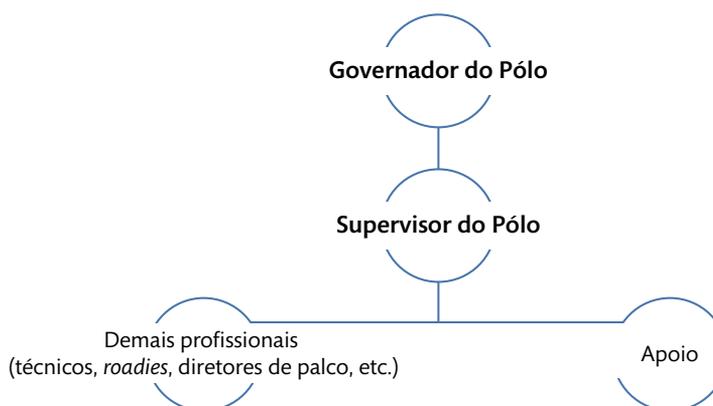
apenas a coordenação-geral representava um cargo fixo, responsável por planejar e executar as ações referentes à festa durante todo o ano. Ainda assim, seu coordenador, André Brasileiro, acumulava durante a festa a função de coordenador do Núcleo de Programação Artística.

Por uma questão metodológica, decidimos recortar a pesquisa e manter o foco nos núcleos de Programação Artística, Comunitários e Descentralizados e Concursos e Formação Cultural, responsáveis respectivamente pelos polos centrais, descentralizados e comunitários, além dos concursos de agremiações. Cada um dos núcleos selecionados para a pesquisa possuía um organização própria e uma dinâmica de trabalho que se alterava conforme a relação estabelecida entre a gestão pública e a sociedade civil através das ações do núcleo. O de Programação Artística, por exemplo, ficava responsável por receber as propostas de apresentação no Carnaval. Sua atuação era mais interna, restringindo-se à seleção dos artistas, montagem da programação por polo, negociação dos cachês e outras ações mais voltadas para um processo de curadoria da festa. Já os dois núcleos seguintes tinham ações de maior diálogo com a comunidade local, no contato direto com associações de bairro, lideranças do Orçamento Participativo ou agremiações carnavalescas.

Pude, durante a pesquisa, conversar com Prazeres Barros e Uél Silva – coordenadores do Núcleo de Descentralizados e Comunitários – sobre suas responsabilidades na festa, o que me ajudou a compreender um pouco melhor a hierarquia de organização da folia. Segundo Prazeres, responsável pelos polos descentralizados, seu trabalho nos bairros começava no início de janeiro, quando começava a reunir as lideranças locais com o intuito de definir a equipe de produção da festa. Essa equipe seria formada prioritariamente por moradores locais, escolhidos através de reuniões realizadas pelas lideranças da comunidade com o critério de afinidade com o tema, disponibilidade para o trabalho – geralmente

sendo escolhidas pessoas que estivessem sem emprego fixo – e experiência, quando algumas funções eram desempenhadas por pessoas sem experiência profissional visando a inseri-las no mercado. Nos polos descentralizados trabalhavam aproximadamente 20 pessoas, variando para mais ou para menos a depender das especificidades de cada bairro, divididos na seguinte hierarquia:

Imagem 3. Hierarquia de organização dos polos descentralizados



Fonte: Elaborado pelo autor.

Dentro da hierarquia, o coordenador do polo era o representante da administração pública e os supervisores, auxiliares e apoios eram representantes da comunidade. Os demais profissionais eram contratados, priorizando os provenientes da Região Político-Administrativa (RPA) onde estava localizado cada polo, mas não com esse pré-requisito obrigatório.

Já nos “polinhos”, a proximidade com a comunidade local era ainda maior, já que se tratava de dispositivos criados para atender à demanda de agrupamentos relativamente pequenos de pessoas em festas não mais de bairro, mas de rua. É importante aqui definir, para a melhor compreensão do todo, a hierarquia de organização desses polos. Segundo Uél Silva, coordenador de polos comunitários, a equipe de produção de cada polo poderia variar de 11 a 22 pessoas, a depender das características de cada localidade. Todas elas eram consideradas

coordenadoras da festa, mas apenas algumas de fato trabalhavam. O serviço, diferentemente dos descentralizados, não era remunerado e, inicialmente, cabia à PCR repassar a verba destinada a cada localidade para os coordenadores que, por sua vez, definiriam as atrações, contratavam a estrutura e realizavam os pagamentos. Posteriormente essa metodologia foi alterada por uma incompatibilidade com relação à prestação de contas que deveria ser realizada pela PCR ao Tribunal de Contas. A mudança fez com que a Secult centralizasse as contratações e pagamentos, ficando a comunidade responsável pela definição das atrações e pela coordenação geral da festa.

Por fim, os concursos de agremiações, cujo posicionamento hierárquico dentro de um modelo da festa estava acima apenas dos comunitários. Nesses polos, a estrutura de produção se assemelhava à dos descentralizados, com coordenadores gerais, supervisores, auxiliares de supervisão, apoios e demais trabalhadores. A mesma estrutura organizacional era observada nos polos centrais, com a diferença com relação aos descentralizados de que os profissionais envolvidos nos centrais e nos concursos eram contratados e definidos diretamente pela Secretaria de Cultura do Recife.

A DESCENTRALIZAÇÃO COMO POLÍTICA

A descentralização da festa enquanto estratégia política significava, no entendimento da gestão municipal, também democratização do acesso tanto às políticas públicas quanto à festa em si, e era responsável por criar na cidade uma ideia de unidade do território. Apesar de passar a ser dividida em Polos de Animação, separando as localidades, passou a significar também a integração do território a uma única festa, com presença marcante da administração pública em localidades frequentemente marcadas pela ausência do Estado, e possibilidade de troca entre as comunidades locais que transitavam por entre os polos, saindo do seu

bairro para o Centro da cidade, ou partindo do Centro para os bairros. Segundo Garrabé, a PCR encorajaria seus foliões “a praticarem o exercício da cidadania através de trajetórias entre seus polos”. (GARRABÉ, 2012, p. 94)

Mas se por um lado há quem defenda a ideia de que a descentralização serve como estímulo para o exercício da cidadania, há também quem veja na implementação dos polos descentralizados não uma integração, mas uma separação com viés classista. O discurso de oposição a esse modelo está presente, sobretudo, na academia. É a ideia de que, ao criar os polos nos bairros periféricos, a Secult teria, na verdade, o objetivo de isolar as populações de baixa renda, fazendo com que o Centro do Recife ficasse destinado às classes médias e altas. E há razão para acreditar nisso, visto que, como aponta Gaião e Leão (2013), os polos centrais são de fato frequentados primordialmente por uma parcela da classe média local. Esse entendimento, ao que parece, está inserido tangencialmente na própria gestão pública, visto que um dos meus interlocutores chegou a confidenciar no fim de uma das conversas que, para além de todos os objetivos mais claros da descentralização, os polos implementados nos bairros serviam ainda para evitar uma aglomeração excessiva no Centro do Recife, o que auxiliava na segurança do local durante a festa. Mas não se pode resumir tal política a uma ideia de segregação social, ainda que ela seja, sim, parte de um conjunto de objetivos possíveis.

Novamente sobre a relação entre festa e cidade, Garrabé (2012) menciona, em sua definição dos polos, que eles seriam formados também por polaridades sociais. O conjunto de polos em suas diferentes categorias apresentam contrastes socioculturais e econômicos importantes e que servem também como caminho para a leitura do processo de descentralização da festa. Mas é preciso compreender que tais contrastes são reflexos dos contrastes existentes na sociedade local. Mais uma vez, seria superficial reduzir o multicultural e a sua descentralização a um caráter segregador, classista, ainda que seja

relevante para a definição da festa a partir de seus diversos discursos. A perspectiva adotada nesta pesquisa, enfocando tanto as categorias nativas da administração pública quanto as trabalhadas no contexto das sedes dos polos descentralizados, nos leva a crer que essa questão não é central quando comparada a outras características e desdobramentos da política para os bairros.

Se os fóruns do Orçamento Participativo (OP) já existiam no Recife antes da gestão do PT, uma das inovações trazidas pelo partido em seu primeiro mandato à frente do poder municipal foi a inclusão, no centro dos debates, das temáticas relacionadas às políticas culturais. Todas as discussões referentes à política multicultural implementada no Carnaval do Recife, sobretudo em seu aspecto de descentralização, se desenvolviam no âmbito dos fóruns setoriais. Os bairros que receberiam os polos descentralizados, as disputas pelos “polinhos”, demandas relacionadas à programação do Carnaval etc. Todas essas eram questões debatidas durante as reuniões. E os debates se davam de duas formas.

Por um lado, de acordo com Uél Silva e Zé Cleto, o OP servia como espaço de mediação entre PCR e sociedade civil, mas também entre os próprios bairros. As experiências exitosas ou frustradas em cada localidade eram trocadas durante as reuniões, gerando assim um aprendizado no qual todos os atores envolvidos, naquele espaço em que eram representantes de suas comunidades, aprendiam e ensinavam a partir de suas próprias experiências locais. Esse espaço fez também surgir lideranças locais específicas de cada setor. E no de cultura não foi diferente. Com a possibilidade de deliberar sobre a destinação do orçamento público municipal, as comunidades locais passaram a se articular para conseguir benefícios e trazer para os seus bairros as melhorias prioritárias.

Por outro lado, ainda segundo meus interlocutores, o diálogo entre os próprios bairros nem sempre era tão harmonioso quanto pode parecer. Tendo em vista que predominava durante as votações do OP a quantidade absoluta de votos obtidos pelas lideranças e pelas

propostas por elas defendidas, o embate entre os bairros passou a ser cada vez mais acirrado, chegando a se tornar partidarizado em determinado momento. As lideranças locais, com o intuito de serem eleitos “delegados” de sua RPA, articulavam-se com a vizinhança para obter o máximo possível de votos durante o pleito. Essa articulação demandava uma relação muito próxima entre os candidatos e a comunidade, ao ponto de transformar as lideranças em verdadeiros cabos eleitorais para as disputas de cargos legislativos e executivos. Os partidos políticos, então, aproximavam-se dos líderes – numa relação de reciprocidade, podendo os líderes também se aproximar dos partidos – com o intuito de obterem hegemonia em determinados bairros e regiões. O que fora criado como ambiente para deliberação política por parte da sociedade civil, numa tentativa de criar mecanismos mais próximos de uma democracia direta, passou então a representar também um desdobramento da democracia representativa e a centralidade da participação dos partidos políticos formalmente constituídos.

Nesse sentido, e também considerando que nem sempre as demandas determinadas nos Fóruns do OP eram atendidas, é possível observar uma espécie de efeito de participação ou sensação de participação direta da sociedade através desse mecanismo, em detrimento de uma participação autônoma ou livre das disputas partidárias. A nível de discurso, esse efeito de participação tornou-se uma espécie de fetiche, para utilizar a expressão empregada pela professora Suely Leal (2003), tornando-se valor de troca entre comunidade local e partidos e representações partidárias.

Segundo Uél Silva, coordenador dos polos comunitários, era possível identificar muito claramente os bairros que possuíam maior representação do PT, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) ou do PSB, por exemplo. Dessa forma, liderar uma RPA como delegado no Fórum do Orçamento Participativo possibilitava uma maior aproximação entre os futuros candidatos a vereador ou prefeito, por exemplo,

e os moradores do bairro. Assim sendo, além de mediação com relação à administração municipal para a criação e desenvolvimento de políticas públicas, o OP tornou-se espaço de mediação relativa à política partidária, servindo de fonte de cooptação de lideranças. Mas é preciso também destacar que a descentralização ia além do OP. A festa se tornou um estímulo à articulação política da comunidade em torno das questões relativas às políticas culturais. As reuniões para definição da equipe de produção dos polos descentralizados, por exemplo, eram iniciadas ainda no começo de janeiro de cada ano. Em conversa realizada com Prazeres Barros, responsável pelos polos descentralizados, foi possível perceber que sua função durante a organização da festa não se restringia apenas a formar a equipe de produção e definir a logística de organização do Carnaval. Em algumas ocasiões, foi preciso servir como mediadora de conflitos na comunidade, além de dialogar diretamente com traficantes e outros criminosos locais para que fosse possível realizar a festa. E esse papel não se limitava a ela. Lideranças locais, a exemplo de Zé Cleto, também cumpriam essa função, o que possibilitava a realização de uma folia sem grandes ocorrências.

Por fazer parte de uma política também de ocupação da cidade, o Carnaval Multicultural passou a ser um momento em que comunidades pouco assistidas pelo poder público tinham contato mais direto com a PCR. Talvez um contato apenas comparável ao possibilitado pelas políticas de saúde, através das Unidades de Saúde da Família (USF) e pelas políticas de segurança pública, através da repressão policial. No Carnaval, por sua vez, saúde, educação e cultura encontravam um ambiente favorável para atuarem de maneira integrada, visto que nos polos descentralizados havia ações de promoção à saúde, campanhas educativas, formação e difusão cultural. Além disso, a própria festa podia ser encarada como parte de uma política de segurança pública, ao tornar a comunidade responsável pelo bairro durante a folia e permitir a ocupação de seus espaços públicos durante a madrugada. Segundo Zé Cleto, representante

de um dos bairros mais estigmatizados pela violência em Recife, durante a festa não aconteciam assaltos ou assassinatos porque as pessoas entendiam que ali era o momento da comunidade brincar, se divertir.

A descentralização é, portanto, uma política de diálogo, de aproximação entre a administração pública e a sociedade civil. Especificamente com uma parcela da sociedade acostumada não ao diálogo, mas à verticalização das ações da gestão municipal. Mas nem tudo é positivo nesse processo e nem sempre os moradores dos bairros diretamente atingidos pela política multicultural são escutados. É o caso, por exemplo, das incessantes disputas em torno da ideia de diversidade implementada no Carnaval, que se não caberá explicitar aqui em profundidade, vale ao menos a menção e o registro.

MULTICULTURALISMO E DIVERSIDADE³

O CMR foi criado, nas palavras do então secretário de Cultura, como um *slogan* que representava a centralidade de uma política de valorização da diversidade cultural local. O objetivo claro e expresso àquele momento era o de transformar o Recife na “capital multicultural do país”. E se o objetivo era a criação de um *slogan* para fins de *marketing* político, a finalidade foi alcançada. Ainda que a gestão pública atual, sob responsabilidade do PSB, seja de ruptura com a anterior e que a festa oficial já não carregue em seu nome o “multicultural”, a tentativa ativa e incessante de esquecimento revela a dificuldade de ir além da política anterior. A diversidade cultural permanece sendo exaltada dentro de uma perspectiva que, se não foi criada pela gestão do PT, foi trabalhada em seu limite durante os oito anos em que a Secult esteve sob o comando de João Roberto Peixe.

-
- 3 Em vários momentos da pesquisa, meus interlocutores foram enfáticos em refutar qualquer aproximação entre o multiculturalismo da filosofia política e a política multicultural no Carnaval do Recife. Dessa forma, não abordarei tal perspectiva teórica.

Podemos falar em um multiculturalismo recifense que se manifesta como adjetivo e substantivo a um só tempo. (HALL, 2003) Como nos informa João Roberto Peixe, o multiculturalismo proposto na política pública local se referia a uma política de valorização da diversidade cultural local através de ações e estratégias que, como apontamos no início do artigo, estariam baseadas em três pilares fundamentais: a democratização do acesso à cultura e as políticas públicas para o setor; a descentralização das ações da administração pública e, por fim; a própria diversidade cultural. E aqui entramos, ainda que tangencialmente, numa questão relevante.

Valorizar a diversidade cultural não significa que todas as manifestações eram legitimadas igualmente. Muito pelo contrário. O discurso sobre a diversidade significa um recorte ideológico sobre o que é legítimo para representar uma política local que se pretende vitrine. E os conflitos aqui se intensificam. Como nos apontam os pesquisadores Gaião, Leão e Mello (2014), os múltiplos discursos que vão formar o que compreendemos como Carnaval Multicultural disputam entre si a categoria de diversidade. E o discurso da gestão pública municipal vai trabalhar tal ideia a partir da noção de pernambucanidade.

Meus interlocutores, ao tentarem explicar o significado da diversidade cultural conforme compreendido pela política multicultural, convergiam para um discurso calcado na noção de pernambucanidade. Esta, por sua vez, era representada a partir de polarização entre a tradição e a modernidade. A primeira seria o espaço do Carnaval dito de chão, do frevo, do maracatu, do caboclinho etc. Já a segunda estaria representada por um Carnaval de palco e relacionada com a proposta do Movimento Manguebeat, com a fusão entre o local e o global.

A questão da diversidade cultural na festa também será tensionada dentro da proposta de descentralização. É nos bairros que a administração pública enfrentará alguns dos principais questionamentos quanto à noção de diversidade. Não será possível, neste artigo,

abordar tal disputa, mas vale apenas destacar que ela é fundamental para o desenvolvimento de uma política pública que se pretende modelo de organização da festa e que tem em sua base a articulação entre as ideias de democratização, diversidade e descentralização.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Ao considerar o CMR como um modelo de política pública desenvolvido especificamente para as festas populares urbanas e baseado em ideias centrais como a descentralização, a diversidade e a democratização, é preciso compreender como tais ideias operam dentro de um processo de desenvolvimento da festa. Dessa forma, a compreensão das três categorias em seus significados nativos e fundamentalmente articuladas é um pré-requisito obrigatório para a interpretação do Carnaval no período histórico aqui delimitado.

Mas para além das três categorias fundamentais, vale destacar ainda a proeminência de um dispositivo tecnológico catalizador das disputas existentes na festa. O palco, portanto, se transforma no símbolo de um modelo de festa que opera em termos de oposições, tais como: tradição/modernidade; participação/espetáculo; festa/festival; foliões/espectadores; entre outras.

Longe de querer encerrar nestas poucas páginas um debate tão rico, o objetivo deste artigo foi trazer ao leitor interessado a possibilidade de compreender de forma sistemática os principais elementos de uma festa popular transformada por uma política pública. A partir daqui, outras questões devem surgir e alimentar novas pesquisas. Que as interrogações suscitadas neste breve artigo possam ser desenvolvidas em outros momentos.

REFERÊNCIAS

BARBALHO, A. Política Cultural. In: RUBIM, L. (Org.). *Organização e produção da cultura*. Salvador: EDUFBA, 2005. p. 33-52.

CALABRE, L. *Políticas culturais no Brasil: dos anos 1930 ao século XXI*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

GAIÃO, B.; LEÃO, A. L. Muitas festas numa só: a configuração do campo do carnaval do Recife. *O&S*, Salvador, v. 20, n. 64, p. 131-144, jan./mar. 2013.

GAIÃO, B.; LEÃO, A. Luiz; MELLO, S. de. A teoria do discurso do Carnaval Multicultural do Recife: uma análise da festa carnavalesca de Recife à luz da teoria de Laclau e Mouffe. In: ENCONTRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS DA ANPAD, 8., 2014, Gramado. *Anais...* Gramado: [s.n]. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/diversos/trabalhos/EnEO/eneo_2014/2014_EnEO90.pdf>. Acesso em: 3 maio 2015.

GARRABÉ, L. O carnaval do Recife entre seus polos: uma leitura de seus processos de uniformização e singularização. *Repertório: teatro & dança*, Salvador, n. 19, p.91-102, 2012.

GARRABÉ, L. Esthétique, différence et colonialités du pouvoir dans le carnaval de Recife. In: Colloque International Carnaval et Politique, 2015. Paris. [Palestra...]. Paris: Université Paris Diderot, 2015. Disponível em: <http://www.carnavaletpolitique.fr/medias/>

HALL, S. *Da Diáspora: Identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.

LEAL, S. *Fetichismo da participação social: Novas práticas de planejamento, gestão e governança democrática no Recife – Brasil*. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 2003.

RUBIM, A. A. Políticas culturais do governo Lula/Gil: desafios e enfrentamentos. *Intercom: revista brasileira de Ciências da Comunicação*, São Paulo, v. 31, n. 1, jan./jun., p.183-203, 2008.